

FREQUÊNCIA E RENDIMENTO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DOS DIÁRIOS DE CLASSE DA ESCOLA MÍNIMA DE DORMENTES – PE (1976-1979)¹***SCHOOL FREQUENCY AND PERFORMANCE: AN ANALYSIS OF THE CLASS DAYS OF THE MINIMUM SCHOOL OF DORMENTES – PE (1976-1979)******FRECUENCIA Y RENDIMIENTO ESCOLAR: UN ANÁLISIS DE LOS DIARIOS DE CLASE DE LA ESCUELA MÍNIMA DE DORMENTES – PE (1976-1979)***

Roberlândio da Silva FERREIRA²
Virgínia Pereira da Silva de ÁVILA³

RESUMO: Este artigo propõe analisar o perfil, a frequência e o rendimento escolar dos alunos e alunas que frequentaram a Escola Mínima do povoado de Dormentes, situada na zona rural do município de Petrolina, no sertão de Pernambuco, no período entre os anos 1976 e 1979. Tomaram-se como base 14 diários de classe, por meio dos quais buscou identificar aspectos relativos ao sexo, à idade, ao endereço domiciliar, à procedência escolar, à frequência, ao rendimento escolar e às disciplinas ministradas. Foram contabilizados 524 estudantes matriculados. O referencial teórico contemplou os estudos de Gil (2014; 2018), Furtado (2011), Ávila; Silva; Rocha (2018), Souza (2013), Lima e Júnior (2016), Florestan Fernandes (1972), Julia (2001), Mogarro (2006), Luchese (2014), Le Goff (1996), Sácristan (2000), Menegolo e Cardoso (2007). Entre os resultados, destacam-se os elevados índices de reprovação e de desistência entre os meninos, e que podem estar relacionados à baixa frequência escolar, em decorrência do auxílio que prestavam aos pais no período de colheitas. As meninas, por sua vez, apresentavam maior frequência e rendimento escolar. Com relação às práticas pedagógicas das professoras, os registros escolares serviam, muitas vezes, para cumprir com às exigências dos órgãos controladores da educação e nem sempre correspondiam a prática vivida em sala de aula.

Palavras-chave: Escola Mínima de Dormentes. Diários de Classe. História da Educação.

ABSTRACT: *This article aims to analyze the profile, frequency and performance school of pupils who attended the School Minimum of populated of Dormentes, situated in the countryside of the city of Petrolina, in Pernambuco, in the period between the years 1976 and 1979. 14 class diaries were used as a basis, through which it sought to identify aspects related to sex, age, home address, school origin, frequency, school performance and the disciplines taught. 524 enrolled students were counted. The theoretical framework included studies by Gil (2014, 2018), Furtado (2011), Ávila; Silva; Rocha (2018), Souza (2013), Lima and Júnior (2016), Florestan Fernandes (1972), Julia (2001), Mogarro (2016), Luchese (2014), Le Goff (1996), Sácristan (2000), Menegolo and Cardoso (2007). Among the results, we highlight the high failure*

¹ A pesquisa contou com o apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco - FACEPE.

² Discente do curso de licenciatura em História. Universidade de Pernambuco, Petrolina, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5347-7134>. E-mail: roberlandioferreira.com@outlook.com

³ Doutora em Educação. Universidade de Pernambuco, Petrolina, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2634-1474>. E-mail: virginia.avila@upe.br

and dropout rates among boys, which may be related to low school attendance, due to the help they provided to parents during the harvest period. Girls, on the other hand, had higher frequency and school performance. With regard to the teachers' pedagogical practices, school records often served to comply with the requirements of education's governing bodies and did not always correspond to the practice experienced in the classroom.

Keywords: *Minimum School of Dormentes. Class Days. History of Education.*

RESUMEN: *Este artículo propone analizar el perfil, la asistencia y el rendimiento académico de los estudiantes que asistieron a la Escuela Mínima en el pueblo de Dormentes, ubicado en la zona rural del municipio de Petrolina, en el interior de Pernambuco, en el período comprendido entre los años 1976 y 1979. Se utilizaron 14 diarios de clase como base, a través de los cuales se buscó identificar aspectos relacionados con el sexo, la edad, el domicilio, el origen de la escuela, la frecuencia, el rendimiento escolar y las materias enseñadas. Se contaron 524 estudiantes matriculados. El marco teórico incluyó los estudios de Gil (2014; 2018), Furtado (2011), Ávila; Silva; Rocha (2018), Souza (2013), Lima y Júnior (2016), Florestan Fernandes (1972), Julia (2001), Mogarro (2016), Luchese (2014), Le Goff (1996), Sácristan (2000), Menegolo y Cardoso (2007). Entre los resultados, destacamos las altas tasas de fracaso y abandono escolar entre los niños, que pueden estar relacionadas con la baja asistencia a la escuela, debido a la asistencia que brindaron a los padres durante el período de cosecha. Las niñas, por otro lado, tuvieron mayor frecuencia y rendimiento escolar. Con respecto a las prácticas pedagógicas de los docentes, los registros escolares a menudo sirvieron para cumplir con los requisitos de los organismos de control educativo y no siempre se correspondían con la práctica experimentada en el aula.*

Palabras clave: *Escuela mínima de Dormentes. Diarios de clase. Historia de la Educación.*

Introdução

Nos arquivos das instituições escolares se pode encontrar documentos de várias tipologias, como os documentos administrativos (diários de frequência e nota, regulamentos internos, atas de conselho escolar, livros de cadastros de professores, gestão financeira e contabilidade da escola, e os pedagógicos (livros didáticos, fotografias, trabalhos, boletins, fichas de matrícula, entre outros).

Muitas instituições ainda não se preocupam em preservar os seus arquivos. Quase sempre, esses locais não apresentam condições de uso aos pesquisadores e os documentos disputam espaços com a poeira, os ácaros e os restos de materiais inutilizáveis das instituições. Pensando sobre essa questão, Souza (2013) afirma que, em muitas situações, a materialidade escolar se encontra amontoados em porões, debaixo de escadas, em lugares muitas vezes insalubre, distribuídos e jogados ao acaso de cuidados

e sem interesse. Prossegue dizendo que boa parte dos documentos, quase sempre administrativos, sobrevivem em meio a outros objetos, sobrevivem a intempéries, a goteiras, e, certamente, falta organização e armazenamento adequado, para que, dessa forma, seja possível preservar e salvaguardar à memória da instituição escolar. Preservar os arquivos escolares diz respeito à preservação do patrimônio cultural. Preservá-lo é fomentar possibilidades de construir identidade dos sujeitos e de suas relações com o tempo e com o espaço e de construção da memória (SOUZA, 2013, p. 212).

O arquivo de uma instituição de ensino é portador de fontes de informações fundamentais para a formulação de pesquisas, de interpretações e de análise sobre as diferentes dimensões que atravessam a escola. Esse fato permite a compreensão do processo de ensino, da cultura escolar e, conseqüentemente, da História da educação (FURTADO, 2011). Neste aspecto, é possível analisar documentos da cultura escolar e outras fontes a fim de melhor compreender a vida da escola que os produziu e produz.

Desse modo, propõe-se, nesse trabalho, analisar o perfil, a frequência e o rendimento escolar dos alunos e alunas que frequentaram a Escola Mínima no povoado de Dormentes⁴, situado na zona rural do município de Petrolina, no sertão de Pernambuco, no período entre os anos 1976 e 1979. Tomaram-se como base 14 diários de classe, por meio dos quais buscou identificar aspectos relativos ao sexo⁵, à idade, ao endereço domiciliar, à procedência escolar, à frequência e ao rendimento escolar, às disciplinas ministradas, bem como aos dados concernentes a programas que auxiliaram o financiamento e a expansão de escolas na região.

A Escola Mínima de Dormentes, primeira escola de Dormentes, foi criada em 1964 na gestão do prefeito Augusto de Souza Coelho. À época, a escola ofertava o ensino de 1º grau, com duração de quatro anos. A Escola Mínima de Dormentes surge em um contexto de crise mundial. Discutindo sobre o panorama da educação no país, na década de 1960, Lima e Júnior (2016) afirmam que tal crise despertou certa insegurança nos setores tradicionais na sociedade brasileira, pois poderia colocar o sistema capitalista em risco no país. Foi nesse momento que movimentos militares ganharam

⁴ Dormentes é um município brasileiro do Estado de Pernambuco da mesorregião do médio São Francisco, possui aproximadamente cerca de 19.000 habitantes, segundo dados do IBGE (2018). Emancipou-se apenas em 1 de outubro de 1991, pelo decreto a Lei Estadual nº 10.625, que desmembrou de Petrolina, o até então território do distrito para formar o novo município. Sua fundação remota o ano de 1963 em 6 novembro pela Lei Municipal nº 11 que criou o distrito de Dormentes, subordinado ao município de Petrolina.

⁵ Termo utilizado dos diários de classe.

força no Brasil, e, conseqüentemente, em abril de 1964 iniciou um regime militar. Diante disso, o foco das políticas públicas passou a priorizar o desenvolvimento econômico, ou seja, o importante seria o papel da educação no desenvolvimento. Florestan Fernandes (1972) caracteriza esse período como a passagem de uma ordem social estamental para uma ordem competitiva. É também um momento em que os princípios da democracia eram evocados e, por meio deles, buscava-se combater o regime militar e fortificar a então burguesia nascente. De certa forma, buscava-se também dar participação eleitoral às massas.

É possível que a designação Escola Mínima, no estado de Pernambuco, termo que constitui parte da identificação da instituição, não era apenas o nome próprio atribuído à escola, mas era a caracterização do tipo de escola, nos moldes do sistema de edificações escolares primárias, concebido por Anísio Teixeira, na década de 1930, para a Capital Federal Rio de Janeiro e, posteriormente, para os núcleos urbanos do interior do Estado da Bahia, a partir de 1947, espalhando-se por vários estados. Esse tipo de escola possuía de duas a três salas de aula e era destinado a pequenos vilarejos e povoados, para uma população escolar com demanda até de 240 estudantes.

Os diários de classe se constituem como documento oficial, normalizado, elaborados pela Secretaria Municipal de Educação de Petrolina e, posteriormente, pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de Pernambuco. À época, por meio dos dados prescritos, os exemplares eram direcionados às escolas para que as professoras transcrevessem formalmente suas práticas em sala de aula – dados pessoais dos alunos, número de matriculados, data e horário das aulas, conteúdos ministrados, avaliações, testes de verificação de aprendizagem e frequência. Muitas vezes, em algumas escolas, além da professora, este importante documento escolar passava pelo supervisor ou pelo inspetor escolar, para que pudesse verificar os conteúdos registrados e se os dias letivos teriam sido cumpridos.

Assim como na atualidade, a tarefa de registrar era obrigatória, contendo orientações de preenchimento. Compreende-se que esse tipo de ação direcionada à escrituração compõe um dos aspectos da cultura escolar. Na percepção de Julia (2001), a cultura escolar se caracteriza como um conjunto de normas e práticas, coordenadas a finalidades diversas, difundidas e incorporadas no interior da escola.

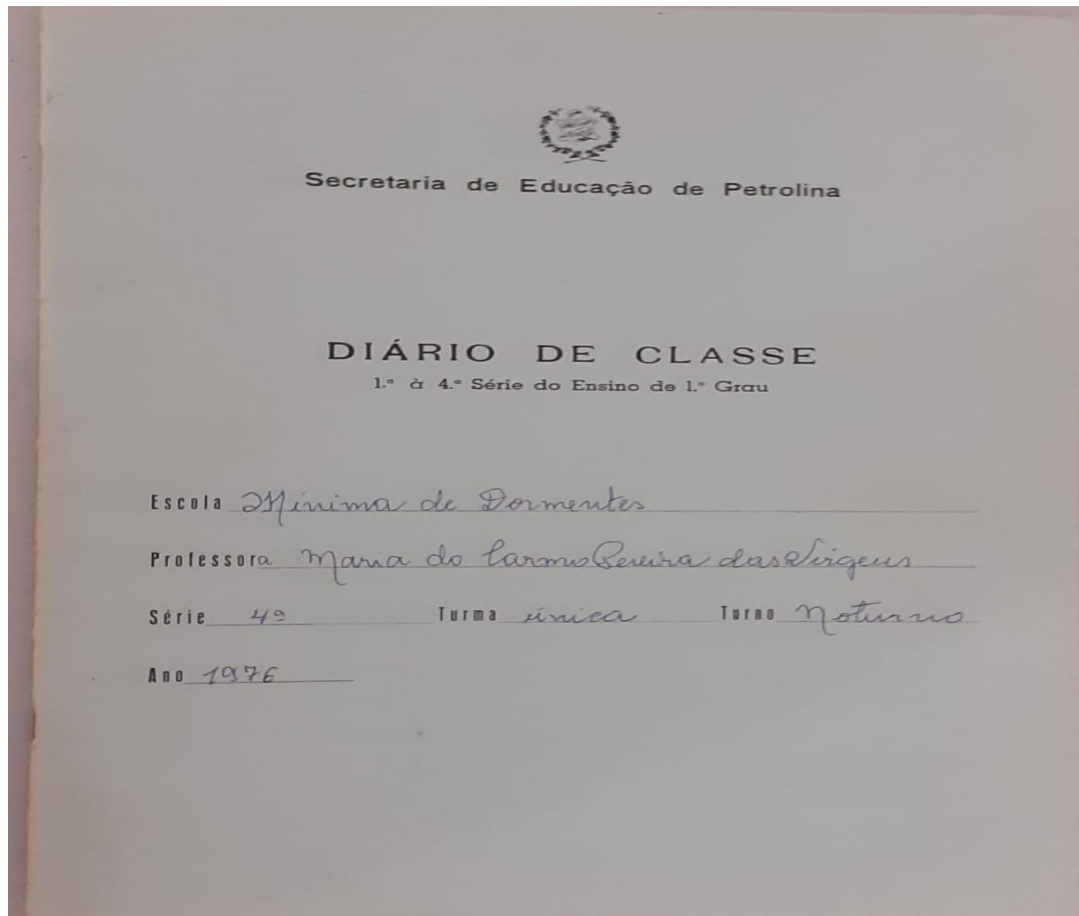
Os diários de classe constituem, desse modo, importantes fontes históricas para o estudo da instituição escolar. Esse tipo de documento, parte integrante do arquivo da instituição, como assinala Mogarro (2006), reflete a vida da instituição. Por meio dessas

fontes de informação, é possível apreender particularidades da memória e da identidade dessas instituições de ensino, ao longo do tempo. Essa documentação auxilia na compreensão de aspectos sobre o sistema e a política educacional de uma época. Isso explica a mudança dos formatos dos diários, nos dados que são incluídos e excluídos, por exemplo.

Os diários de classe, assim como os demais documentos escolares, que nos chegam do passado, são permeados por relações e significações. São memórias dispersadas de um tempo que não conseguiremos jamais tomá-lo em sua totalidade, como apropriadamente anotou Luchese (2014). Por isso, os documentos precisam ser identificados, observados e analisados como monumentos, para, dessa forma, marcar a diferença na atribuição do sentido e no tratamento dispensado a eles. A esse respeito, Le Goff (1996) traz importantes contribuições. Segundo o autor, “nenhum documento é inocente, e deve ser analisado do contexto de sua produção”. Como ele mesmo diz “todo documento é um monumento que deve ser estruturado, des-montado” (LE GOFF, 1996, p.110).

Quando transformados em fontes pelo pesquisador, por meio do atravessamento dos documentos, ou seja, nos cruzamentos de informações, os diários de classe permitem perceber as recorrências e os indícios como formas de pensar a educação e as múltiplas relações socio-político-econômicas, que produzem os discursos oficiais e não oficiais. A esse respeito, como bem lembra Luchese (2014), os documentos não podem ser considerados como um conjunto de informações dadas, que lhe conferem validade por si. Assim sendo, o autor considera os pesquisadores como responsáveis por dar sentido a eles, pensando os documentos sempre como uma prática e uma realização social.

Os Diários de Classe analisados, relativo aos anos de 1976 e 1977, apresentam o brasão da prefeitura de Petrolina em sua capa, indicando se tratar de material fornecido por meio de financiamento municipal. Além disso, apresentam dados de identificação como série da turma, nome da professora e turno da aula. Em seu interior, consta a lista de alunos matriculados, a folha de frequência correspondente a cada mês letivo e as anotações dos conteúdos trabalhados. Já no final, tem-se a folha de rendimento escolar, organizado em quatro períodos, e o quadro resumo composto de média aritmética do rendimento escolar anual e a frequência escolar, apresentada em porcentagem.

Figura 1 - Diário de Classe, 1976.

Fonte: Acervo documental (Seduc, 2019, Dormentes-PE).

Já nos diários de 1978 e 1979, percebem-se mudanças na organização dos dados. Os diários passam a ser fornecidos pelo governo do estado e apresentam outras informações, tais como: ficha de matrícula, contendo nome do aluno, data de nascimento, idade, procedência escolar, profissão dos pais ou responsável e endereço. Na introdução dos livros, constam orientações pedagógicas e aspectos sobre organização das turmas.

Figura 2 - Diário de classe, 1978.

educ
ação

Governo do Estado de Pernambuco
Secretaria de Educação e Cultura

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
E FINANCEIRA AOS MUNICÍPIOS

Prefeitura Municipal de Petrolina

DIÁRIO DE CLASSE
1.ª a 4.ª Série do Ensino de 1.º Grau

Escola: Mínima de Dormentes
Endereço: Dormentes Petrolina

Professor: Luzia Reis de Macêdo
Série: 4ª Turma: B Turno: Nocturno

Ano: 1978

Fonte: Acervo documental (Seduc, 2019, Dormentes - PE).

Na capa dos diários está estampado o nome do Programa de Assistência Técnica e Financeira aos Municípios. Nas primeiras páginas, encontram-se a descrição desses programas e uma espécie de relatório das atividades já realizadas pelo governo do estado de Pernambuco.

Este estudo de caráter quantitativo, descritivo e histórico-documental se insere no campo da história e da historiografia da educação e se soma a um conjunto de estudos que vêm sendo produzidos no âmbito do projeto de pesquisa “Os arquivos escolares como fonte de pesquisa para a história da educação”, financiado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco. O projeto incide no levantamento, digitalização e catalogação de documentos provenientes de arquivos escolares, relativos ao período entre as décadas de 1930 e 1970, na Mesorregião do São Francisco Pernambucano.

Organização do período letivo e programas de financiamento

Em 1977, a Escola Mínima de Dormentes possuía cerca de 194 estudantes, distribuídos em cinco turmas, porém o prédio escolar só tinha duas salas de aula. Por esse motivo, a instituição funcionava em três turnos diferentes. Para atender tal demanda, havia quatro professoras lecionando, sendo que uma delas trabalhava em dois horários, dessa forma, atendia duas turmas. Um dado peculiar diz respeito à organização do ano letivo e ao período de férias. Ao fazer uma análise, percebem-se certa flexibilização e mudanças sobre essa questão. Em 1976, o primeiro dia letivo foi em primeiro de março; o chamado recesso escolar, iniciou-se em primeiro de julho com retorno no dia três de agosto. Em contrapartida, no ano seguinte, o recesso escolar acontece somente entre vinte três de julho e primeiro de agosto. Notam-se mudanças no período de férias, bem como nos dias que compõem esse período que, por sua vez, diminui em 1977 em relação ao ano anterior. Quando se analisam os dados do ano letivo de 1979, são verificadas mudanças ainda mais efetivas. Nesse caso, o ano letivo iniciou em primeiro de fevereiro e concluiu em trinta de novembro. Diferentemente nos anos anteriores, o ano letivo finalizava apenas em dezembro. Já o recesso escolar, deu-se no período de vinte e dois de junho à 16 de julho.

Esses dados podem ser compreendidos à luz de algumas variáveis. Uma delas aponta para a adequação do ano letivo ao período de colheitas. Isso seria possível, porque, segundo orientações da Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, as escolas rurais poderiam fazer essa adequação, desde que cumprissem os dias seletivos estipulados em lei.

Com relação ao período delimitado, trata-se de um período de mudanças que se insere no contexto da publicação da Lei 5.692/71. Também pelo investimento e aplicação de programas como forma de apoiar os municípios pernambucanos no tocante à educação. A referida legislação trouxe várias modificações na estrutura da educação no país, dentre as quais o ensino de 1º grau ampliou a obrigatoriedade de 4 para 8 anos, com no mínimo 720 horas de atividades anuais. Além do mais, tratou-se sobre providências que visava a progressiva passagem da responsabilidade dos serviços de educação, em especial o ensino de 1º grau para os municípios (BRASIL, 1971).

Nesse contexto, tanto em nível federal, bem como na esfera estadual, ampliam-se e são criados os programas de manutenção e de expansão do ensino primário. O projeto PROMUNICÍPIO, criado pelo ministério da educação e cultura, financiado pelo

governo federal, buscava entre suas funções, a expansão e a criação de infraestrutura dos projetos municipais de ensino de 1º grau. Outro programa de destaque foi o programa de expansão e de melhoria do ensino (PREMEN). Em relatório geral do Ministério da Educação e Cultura, do exercício 1977, destacam-se várias medidas no sentido de financiar e de estruturar a rede de educação, dentre elas a construção, a ampliação ou a reformaria de unidades escolares e de regionais de educação, assim como a capacitação de pessoal docente e técnico administrativo para dotar as escolas polivalentes.

Em Pernambuco, a fim de atender o artigo 58, da Lei 5.692/71, que estabelece a passagem progressiva dos encargos e dos serviços do ensino do 1º grau para a responsabilidade municipal, por considerar que a maioria dos municípios pernambucanos não possuíam condições para assumir, de forma efetiva, essa responsabilidade, o governo estadual cria, por meio do decreto nº 3457, de 23 de maio de 1975, o programa de assistência técnica e financeira aos municípios. O objetivo foi levar a preparação de infraestrutura de que necessitavam para atendimento aos preceitos legais.

Análise da vida escolar dos estudantes a partir da ficha de matrícula

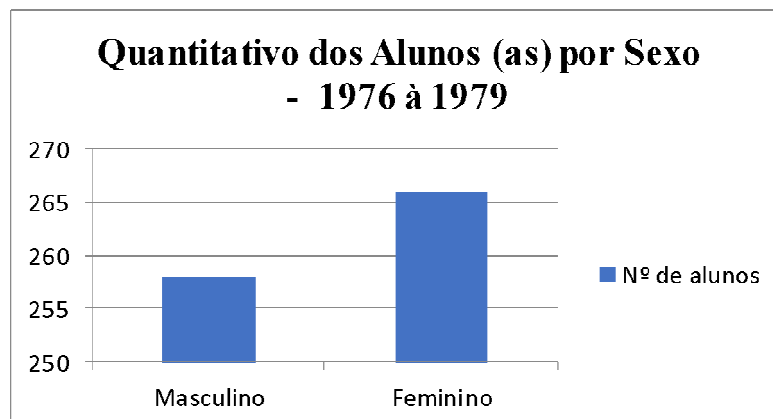
Nesta sessão, apresenta-se o levantamento da vida escolar dos alunos (as) que frequentaram a Escola Mínima de Dormentes, entre 1976 a 1979, considerando aspectos relacionados à idade, ao sexo, à frequência e ao rendimento, à procedência escolar, à profissão dos pais ou responsável e o endereço de residência.

Os diários de classe dos anos de 1976 e 1977 e parte dos diários de 1978 não apresentam ficha de matrículas. Provavelmente, havia formulários específicos para essa finalidade. Por esse motivo, não foi possível contabilizar e analisar alguns dados de parte dos diários localizados. Como já foi relatado, em 1978 ocorre mudança nos modelos dos diários e passam a conter mais informações. A ficha de matrícula, apresenta diversas informações, desde o nome do aluno até a profissão dos pais ou responsáveis. Dessa forma, procuramos apresentar algumas particularidades: sexo, faixa etária dos alunos, profissão dos pais, procedência escolar etc. A seguir, apresenta-se parte desses dados em tabelas e em gráficos.

Chama-se atenção para o número expressivo de meninas matriculadas. O gráfico 1 aponta a prevalência do sexo feminino em detrimento do sexo masculino, termo

utilizado à época. Os dados também indicam que as mulheres frequentavam mais a escola e tinham maior índice de aprovação.

Figura 3 - Quantitativo por sexo.



Fonte: Diários de classe do Acervo da Seduc de Dormentes - PE, 2019.

A maior parte dos estudantes eram filhos de agricultores. Os pais trabalhavam no campo, viviam da plantação e da criação de animais. Outra questão importante diz respeito à procedência escolar dos estudantes, apenas dezenove vieram de outras unidades escolares. Apesar de ser um número menor, não deixa de indicar um cenário de mobilidade escolar, em detrimento da mudança de logradouro. À época, o povoado de Dormentes presenciava certo crescimento, o que pode ter atraído pessoas de outras regiões para o então povoado.

Em 1978, na turma da 3º série do ensino primário, foram localizados 37 estudantes matriculados. Sendo 23 meninas e 14 meninos. Em relação à idade, na ficha de matrícula se observa que havia alunos de 8 a 21 anos. Os maiores números de matriculados eram treze e 15 anos, respectivamente; em seguida, com cinco anos e, em terceiro lugar, com dezessete e 18 anos. Assim como mostrado no gráfico, o que mais chama atenção é a menor porcentagem (2,7%).

Na turma da 4º série “a” do ensino primário, foram localizados 29 alunos matriculados. Desses, são 29 meninas e 9 meninos. Em reação à idade, na ficha de matrícula se observa que havia alunos de 11 a 18 anos. Os maiores números de matriculados eram treze e 16 anos, respectivamente; em segundo lugar, com doze anos e, em terceiro lugar, com 14 anos. Assim como mostrado no gráfico, o que mais chama atenção é a menor porcentagem (3,4%).

Na turma da 4^o série “b” do ensino primário, foram localizados 33 alunos matriculados. Desses, são 17 meninos e 16 meninas. Quanto à idade, na ficha de matrícula, observa-se que havia alunos de treze a 34 anos. O maior número de matriculados era 13 anos; em segundo lugar, com dezessete, vinte e dois e 32 anos; em terceiro lugar, com quatorze matriculados, com idade de dezoito e 23 anos. Nesse caso, o que mais chama atenção é que a menor porcentagem foi de 3,1%.

Por último, na turma da 4^o série do ensino primário, foram localizados 42 alunos matriculados. Sendo 22 meninas e 20 meninos. Quanto à idade, na ficha de matrícula, observa-se que havia alunos de onze a 33 anos. O maior número de matriculados era 8 anos, em segundo lugar com 15 anos e em terceiro lugar com 13 anos. Aqui, o que mais chama atenção é que a menor porcentagem foi de 2,6%.

Frequência e rendimento

Nesta seção, apresentam-se dados concernentes à frequência e ao rendimento dos alunos da Escola Mínima de Dormentes. A análise se baseou no artigo intitulado “Reprovação escolar no Brasil: história da configuração de um problema político educacional”, de Natália Gil, publicado em 2018 na Revista Brasileira de Educação. Nesse trabalho, a autora evidencia a percepção sobre o que se entendia por reprovação, retenção e repetência à época do recorte temporal da sua pesquisa. Todavia, tais conceitos também se aplicam ao período desta análise. Gil (2014) menciona que, no período examinado, o termo reprovação corresponde ao resultado nos exames ou nas avaliações finais indicativo de que o aluno não teve o desempenho mínimo estabelecido. Já o termo retenção ocorria em decorrência dessa reprovação, que, no modelo de ensino seriado, o estudante seria impedido de seguir o fluxo normal de uma série a outra, e, por fim, a repetência aponta para um fenômeno da permanência na escola dos estudantes retidos em determinada série, que vão se submeter a cursá-la novamente.

À época, “o ano e o semestre letivos, deveriam ter, no mínimo, 180 e 90 dias de trabalho efetivo, respectivamente, excluído o tempo reservado às provas finais, caso sejam adotadas” (BRASIL, 1971), entretanto, segundo dados registrados pelas professoras da Escola Mínima de Dormentes, os dias letivos ocorriam em torno de 172 e 180 dias letivos. Era considerado reprovado o estudante que não alcançasse o mínimo de 6,0 pontos em cada disciplina ministrada e que não atingisse igual ou superior a 75 % de assiduidade na respectiva disciplina, área de estudo ou atividade.

Ao analisar os documentos, foram contabilizados cerca de 524 estudantes matriculados nesse período. Entre os meninos, prevalecem maiores índices tanto de reprovação, quanto de desistência. Isso pode ser explicado pela condição econômica e cultural dessa população, já que era comum indivíduos do sexo masculino auxiliarem os pais nas atividades de agricultura e de agropecuária, especialmente, entre os meses de março e junho, período de colheita na região. Entre os meninos, o elevado número de reprovações pode estar relacionado a esse fator, visto que esses dados estavam relacionados à baixa frequência na escolar. Vejamo-los, a seguir.

Quadro 1 - Índice de aprovação, reprovação e desistência.

Escola Mínima de Dormentes (1976-1979)					
Aprovados		Reprovados		Desistentes	
Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas
138	157	50	49	70	60
Total:	295	99		130	

Fonte: Diários de classe do Acervo da Seduc de Dormentes - PE, 2019.

No entanto, o dado mencionado é um tanto conflitante, à medida que se localizam nos diários estudantes considerados aprovados, com índices inferiores ao relatado (6% de frequência). Dentre esses dados, tem-se três situações distintas: à primeira diz respeito a ocorrência de estudantes aprovados com percentual abaixo do exigido para aprovação. Em consequente, há números menores que o índice necessários à aprovação, mas que estão relacionados à perda de vínculo com a instituição. Por último, há os casos de alunos reprovados por conta da baixa frequência, mesmo tendo um bom percentual de rendimento. Esses dados indicam à existência de normas próprias adotadas pela escola e pelas professoras, no tocante a critérios de avaliação alternativos, a fim de promoção dos estudantes à próxima série.

De modo geral, foi possível identificar que as informações registradas pelas professoras, que denotam aprovação, mesmo com o percentual de frequência abaixo do necessário, são confluentes. Isso demonstra que elas adotavam critérios específicos para promover os alunos à série seguinte. Ademais, observou-se que, a partir de 1977, houve diminuição expressiva nas reprovações, pelo motivo da baixa frequência. Não há nenhum registro com situação semelhante. Isso pode denotar nova postura frente às

mudanças das políticas públicas e das regulamentações postas pelas diretrizes da educação, em que o número de aprovações passa a ser critério de avaliação para que os municípios pudessem receber verbas do estado para o fomento à educação.

A seguir, apresenta-se o quadro com as disciplinas ministradas pelas professoras. Esses registros foram localizados nos diários de classe. Tais anotações estão organizadas nas folhas. Após, estão o quadro de frequência de cada mês letivo, as folhas de acompanhamento do rendimento e o quadro resumo.

Quadro 2 - Disciplinas - Ensino primário - Escola Mínima de Dormentes.

C. E - Comunicação e expressão
I.S - Integração social
I.C - Iniciação às ciências
M - Matemática

Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

Os conteúdos variavam de série para série. Contudo, em relação aos anos pesquisados e os comparando com os das mesmas séries, observa-se que se tratava basicamente dos mesmos assuntos. O que muda são as formas de registros por parte das professoras e, possivelmente, a escolha dos temas a serem ensinados. No espaço para fazer os registros das aulas, colocavam o nome da disciplina e, em seguida, os dados sobre o que teria sido trabalho.

Apesar de, no ano de 1971, ter sido promulgada a nova Lei de Diretrizes da Educação Brasileira, às práticas pedagógicas e a base curricular ainda estavam de acordo com o chamado “Primário antigo” que, por sua vez, esse termo se encontra no livro de cadastro das unidades escolas de 1977. Tal referência se justifica por compreender o período no qual estados e municípios passavam por adequações, no sentido de adaptar a rede escolar de acordo com as novas diretrizes da educação.

Anteriormente, de acordo com a Lei de Diretrizes e Base nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, o ensino primário tinha por finalidade o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, assim como a sua integração no meio físico e social e, respeitando a lei vigente, cabia ao Conselho Federal de Educação criar os pressupostos da educação. Ao Conselho Federal de Educação competia indicar até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação

completar o seu número e relacioná-las as de caráter optativo, que podiam ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino, definindo também a amplitude e o desenvolvimento dos seus programas em cada ciclo.

Na Lei 5.692/71, esses princípios foram reafirmados, todavia os currículos do ensino de 1º e 2º graus passam a ter um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional. Uma parte é diversificada para atender, conforme as necessidades e as possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos. Dessa forma, cabia aos estados, através dos conselhos estaduais educação, escolher a parte diversificada, de acordo com a realidade de cada região. De acordo com o artigo 1º da Resolução 853/71, do Conselho Federal de Educação, o núcleo comum deveria ser composto das seguintes matérias: Comunicação e Expressão e Estudos Sociais e Ciências. Porém, além do núcleo comum, era obrigatório, segundo art. 1º da Lei 5.692/71, o ensino de Educação Moral e Cívica, de Educação Artística, de Educação física, dos Programas de Saúde e de Ensino Religioso (para os estabelecimentos oficiais, facultativo para os alunos) (BRASIL, 1980).

Na base curricular, que deveria ser aplicada, havia orientações para que as professoras utilizassem os recursos da comunidade no trabalho escolar. Elas deveriam estimular os alunos a trazer à escola objetos de estudo para a realização de trabalhos sobre animais, plantas, fibras vegetais, pedras, madeira, barro e outras matérias típicas do meio rural. Na disciplina de Integração Social, por exemplo, discutiam-se: o conhecimento da história local; os conhecimentos e a valorização das profissões; a educação moral e cívica; e a educação sanitária; além de a execução de pautas interesses para estudos da disciplina e da criação de grêmios e centros cívicos.

Com a regulamentação dos programas de educação na vigência da ditadura militar, as diretrizes de educação foram reformuladas para atender preceitos e ideologias do então governo. Nesse sentido, as bases curriculares baseadas nas normas da Lei 5.692/71, além de trazer exigências para reestruturar e para redefinir a idade e a divisão dos ciclos escolares, passam a incluir o ensino obrigatório de Educação Moral e Cívica, de Educação Física, de Educação Artística e de Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, atendendo, quanto à primeira, o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969.

Em Pernambuco, essas medidas também teriam que ser implantadas, assim como em todos os entes da federação. No entanto, certamente, essas reformas não chegaram em todas as localidades, seja por condições de estrutura, ou por motivos

adversos. Nos diários analisados, apesar de as evidências sobre o ensino de moral e cívica e até mesmo de educação sanitária, o que se observa nos registros das professoras é que em nenhum momento é mencionado o ensino de tais disciplinas e preceitos. Dessa forma, configura a ausência dessas disciplinas na prática escolar da Escola Mínima de Dormentes. Configura também a ausência no sentido de não execução das orientações curriculares e pedagógicas, segundo as normas estabelecidas, seja pelo Conselho Federal de Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação.

Porém, o fazer pedagógico, bem como os próprios eixos e práticas de ensino, nessa instituição, podem ter ido além do que prescrevem os programas de educação, então vigentes, e além, até mesmo, do que está prescrito pelas professoras. Na concepção de Sacristán (2000, p. 104), o currículo prescrito “são todos os aspectos que atuam como referência na ordenação do sistema curricular servindo como ponto de partida para a elaboração de materiais, controle de sistema etc.” Aqui, por currículo vivido se compreendem as ações da prática docente. Nesse sentido, identifica-se a dicotomia entre práxis/prática, a qual vai além do que está estabelecido ou prescrito nos programas e registros⁶.

Ao pensar sobre os diários de classe, deve-se compreender que eles apresentam traços das práticas pedagógicas das professoras no decorrer da sua atuação docente. São registros escolares, muitas vezes respondendo ao discurso institucional para atender as exigências dos órgãos controladores da educação, que nem sempre correspondia a prática real em sala de aula. As professoras, segundo Menegolo e Cardoso (2007), deveriam realizar uma operação complexa ao converter o trabalho desempenhado em sala de aula em um enunciado conciso, de características abstratas, ora concentrado em uma só palavra (narração, anúncios, ora em uma sentença composta.

Considerações finais

Nesse trabalho, buscaram-se analisar o perfil, a frequência e o rendimento escolar dos alunos e alunas que frequentaram a Escola Mínima no povoado de Dormentes, situado na zona rural do município de Petrolina, no sertão de Pernambuco, no período entre os anos 1976 e 1979. Procuraram-se ainda compreender os programas

⁶ A esse respeito, ver Ávila; Silva e Rocha (2018) em artigo intitulado Memórias de professoras de escolas rurais em Juazeiro - BA e Petrolina - PE (1950-1970). Nesse trabalho, as autoras tecem considerações sobre o processo da profissionalização docente e a emergência de estudos voltados à constituição da profissão no sertão pernambucano.

de ensino que fomentaram as ações na área da educação, no estado de Pernambuco, no período delimitado, assim como entender a possível designação do nome da escola.

Para o estudo, a pesquisa de caráter quantitativo, descritivo e histórico-documental teve como fontes de pesquisa os diários de classe da Escola Mínima de Dormentes, o relatório de construções de prédios escolares do Inep e os relatórios gerais do Ministério da Educação e Cultura.

Diante da pesquisa, por meio da articulação metodológica e teórica, possibilitou-se compreender que os diários de classe são fontes imprescindíveis para analisar os aspectos diversos sobre a cultura escolar. Além disso, possibilitou permitir detectar o ano de início de funcionamento da Escola Mínima de Dormentes. Além de entender como se organizava essa instituição, foi possível analisar o perfil de partes dos seus agentes constitutivos e os aspectos sobre a frequência e o rendimento escolar.

Nesse sentido, observou-se, a partir dos dados contabilizados, que o número de meninas matriculadas se sobrepõe ao número de meninos. Além disso, as meninas têm menor quantitativo de desistência e de reprovações, bem como maior número de aprovações. Basicamente, o perfil dos estudantes é constituído de residentes da zona rural e filhos de agricultores, já que, no período em análise, o povoado fazia parte da zona rural do município de Petrolina.

Outro dado interessante diz respeito ao endereço de residência dos alunos. Por haver poucas unidades escolares no município, muitos alunos se deslocavam de sua comunidade para outros sítios a fim de ter acesso à educação primária. No entanto, em se tratando da escola Mínima de Dormentes, apenas quatro alunos não residiam no povoado. Portanto, nota-se que a maioria dos estudantes moravam e estudavam na comunidade da escola.

Sobre a frequência e o rendimento escolar, foi possível identificar que possivelmente havia critérios específicos para sucessão de série, de modo que auxiliavam na conclusão do ensino primário. Isso ocorre porque, em algumas situações, alguns estudantes não alcançavam notas suficientes para serem promovidos à série seguinte. Além disso, no tocante à frequência, muitos alunos também tinham índices abaixo do necessário e mesmo assim eram aprovados.

Observou-se, nos diários e por meio da análise da Lei 5.692/71, que, apesar das exigências da lei sobre o ensino de disciplina moral e cívica, e até mesmo a de educação sanitária, não havia o cumprimento desses requisitos. O que se observa nos registros das professoras é que em nenhum momento é mencionado o ensino de tais disciplinas e

preceitos. Dessa forma, há a ausência destas na prática escolar da referida Instituição. Assim sendo, os diários de classe são preenchidos por mera formalidade e, na maioria das vezes, a realidade é algo muito distante do prescrito.

Além dessas questões, observou-se que nos diários houve mudanças significativas, no que diz respeito, principalmente, aos programas de financiamentos, cuja finalidade é atender aos novos projetos educacionais. Percebe-se que os programas se tornaram essenciais para o fomento e a estruturação da educação no Estado de Pernambuco.

Esse trabalho se mostra pioneiro na comunidade civil de Dormentes, pois até o momento do início dessa pesquisa não havia nenhum trabalho em específico sobre essa instituição. Além disso, no tocante ao campo da História da educação, na região do médio São Francisco, servirá como veículo de ideais, uma vez que possibilitará a compreensão da formação do processo educacional na região. Nesse sentido, procurar entender questões tão peculiares se mostra como uma alternativa viável para a preservação e a conservação da história e da memória das instituições escolares e seus agentes na região.

Diante disso, destacamos que este estudo aponta para a necessidade de investigações mais aprofundadas acerca da constituição da Escola Mínima de Dormentes, de suas práticas e das vivências. Além disso, espera-se que as questões já colocadas possam elencar novas problematizações voltadas para aspectos que talvez antes não fossem percebidos. Dessa forma, além de contribuir para o avanço do conhecimento no campo da História da educação, a pesquisa coopera para a construção e a preservação de memórias da instituição supracitada.

Referências

ÁVILA, Virginia P. S. de.; SILVA, Rosa Santos Mendes da.; ROCHA, Cícera Maria Peixoto. Memórias de professoras de escolas rurais em Juazeiro-BA e Petrolina-PE (1950-1970). In: **Revista COCAR**, Belém, V.12. N.24, p. 501 a 523 – Jul./Dez. 2018. Programa de Pós-graduação Educação em Educação da UEPA. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/1957>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus. **A escola de 1º grau e o currículo** (1ª parte), 2. ed. Brasília, 1980. P. il. (Série Ensino Regular, 13).

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969.** Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 jun.2020.

BRASIL. **Lei 4024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>. Acesso em 28 jun. 2020.

BRASIL. **Mensagem apresentada o Congresso Nacional por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1949, pelo General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

FURTADO, A. Os Arquivos Escolares e sua Documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 2, n. 2, p. 145-159, 12 dez. 2011.

GIL, Natália de Lacerda. Reprovação escolar no Brasil: história da configuração de um problema político-educacional. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, e23003, 2018.

Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100229&lng=en&nrm=iso. access on: 09 July 2020. Epub July 26, 2018. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230037>.

GIL, Natalia de Lacerda. Espaços de produção das estatísticas de educação: algumas possibilidades da teoria dos campos na investigação histórica. **Revista Educação e Fronteiras on-line**, v. 4, p. 120-132, 2014.

LIMA, A. J. A.; SILVA JUNIOR, R. Panorama da educação brasileira na década de 1960. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3, 2016, Natal-RN. **ANAIS...** Natal: 2016. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA1_ID2286_14082016222320.pdf. Acesso em: 01 de jun. de 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Unicamp, 1996.

LUCHESE, Terciane Ângela. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **Hist. Educ.**, Santa Maria, v. 18, n. 43, p. 145-161, Sept. 2014. Available from

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223634592014000200009&ln

g=en&nrm=iso. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S2236-34592014000200009>. Access on: 09 July 2020.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *In: Rev. Bras. Hist. Educ.*, 1, Campinas, 2001 n. 1, p. 9-44.

MENEGOLO, E. D. C. W.; CARDOSO, C. J. Diários de classe: traços históricos de um ensino de língua. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16, 2007, Campinas - SP. **ANAIS...** Campinas -SP, 2007. Disponível em: http://alb.com.br/edicoes_antiores/anais16/sem10pdf/sm10ss20_08.pdf
Acesso em: 27 jun. 2020.

MOGARRO, Maria João. Arquivo e Educação da memória educativa. **Sísifo**. Revista de Ciências da Educação. 2006. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9875/1/Arquivos%20e%20educacao.pdf>.
Acesso em: 29 jun. 2020.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre. Artmed, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan./jun. 2013. p. 199 – 221.

Enviado em: 10/07/2020.

Aceito em: 05/12/2020.

Publicado em: 13/12/2020.